

AUTONOMIA CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: entre prescrições e desafios

CURRICULAR AUTONOMY IN INTEGRAL FULL-TIME EDUCATION: between prescriptions and challenges

Leiri Ratti¹

Jane Mery Richter Voigt²

Resumo: As novas políticas curriculares e a parceria da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED), com o Instituto Ayrton Senna (IAS), resultaram na implementação do Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI). Considerando esta parceria, esta produção tem como objetivo discutir e refletir acerca da percepção dos docentes que atuam no EMITI sobre os desafios na construção da autonomia curricular frente à utilização dos Cadernos de Sistematização e das Orientações para os Planos de Aula (OPAs). De perspectiva metodológica qualitativa, essa investigação contou com a aplicação de um questionário, com questões abertas e fechadas, aos 28 docentes que atuam no programa na cidade de Joinville-SC. A análise articula as respostas das questões fechadas, nas quais utilizou-se uma escala de valores denominada *Likert*, organizada em cinco níveis, e das questões abertas em meio ao referencial teórico das políticas e estudos curriculares. A partir das análises dos materiais orientadores e da percepção dos professores relacionada à construção da autonomia curricular no planejamento docente, constatou-se que os desafios enfrentados pelos docentes que atuam no EMITI decorrem das prescrições dos materiais disponibilizados pelo IAS. As condições aportadas na investigação permitem inferir que, cientes das regulações, os professores acreditam ter autonomia curricular, porém está diretamente condicionada ao expressivo grau prescritivo dos materiais didáticos utilizados, o que implica numa autonomia curricular regulada.

Palavras-Chave: Políticas Curriculares. Autonomia Curricular. Ensino Médio Integral em Tempo Integral. Cadernos de Sistematização.

Abstract: The new curricular policies and the partnership between Santa Catarina State department of Education – SED and Ayrton Senna Institute (IAS) resulted in the implementation of the Integral Full-time Education program (EMITI). Considering this partnership, this production aims to discuss and reflect on the perception of teachers who work at EMITI about the challenges in building curricular autonomy regarding the use of Systematization Notebooks and Lesson the Plan Guideline (OPAs). From a qualitative methodological perspective, this investigation involved the application of a questionnaire, with open-ended and closed-ended questions, to the 28 teachers who work in the program in the city of Joinville - SC. The analysis articulates the answers to closed-ended questions by means of a scale of values called *Likert*, organized in five levels, whereas open-ended questions in light of the theoretical framework of policies and curricular studies. From the analysis of the guiding materials and the perception of teachers related to the construction of curricular autonomy in teaching planning, it was found that the challenges faced by teachers working at EMITI result from the prescriptions of materials made available by IAS. The conditions provided in the investigation allow us to infer that, aware of the regulations, teachers believe they have curricular autonomy, but it is directly conditioned by the expressive prescriptive degree of the didactic materials used, which implies regulated curricular autonomy.

Keywords: Curricular Policies. Curricular Autonomy. Integral Full-time High School. Systematization Notebooks.

Resumen: Las nuevas políticas curriculares y la alianza de la Secretaría de Educación del Estado de Santa Catarina (SED), con el Instituto Ayrton Senna (IAS), dieron como resultado la implementación de la Escuela Secundaria de Tiempo Completo (EMITI). Teniendo en cuenta esta alianza, esta producción tiene como objetivo discutir y

¹ Mestrado em Educação pela Universidade da Região de Joinville e é assistente Técnico Pedagógico da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. E-mail: leiri.r@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8940-9555>.

² Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). E-mail: jane.mery@univille.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2180-5476>.

reflexionar sobre la percepción de los docentes que trabajan en EMITI sobre los desafíos en la construcción de la autonomía curricular frente al uso de Cuadernos de Sistematización y Lineamientos para Planes de Lección (OPA). Desde una perspectiva metodológica cualitativa, esta investigación implicó la aplicación de un cuestionario, con preguntas abiertas y cerradas, a los 28 docentes que laboran en el programa en la ciudad de Joinville-SC. El análisis articula las respuestas a preguntas cerradas, utilizando una escala de valores denominada Likert, organizada en cinco niveles, y preguntas abiertas en el marco teórico de las políticas y estudios curriculares. A partir del análisis de los materiales orientadores y la percepción de los docentes en relación con la construcción de la autonomía curricular en la planificación de la docencia, se encontró que los desafíos que enfrentan los docentes que laboran en EMITI resultan de las prescripciones de materiales puestos a disposición por IAS. Las condiciones provistas en la investigación permiten inferir que, conscientes de la normativa, los docentes creen tener autonomía curricular, pero está directamente condicionada por el grado prescriptivo expresivo de los materiales didácticos utilizados, lo que implica autonomía curricular regulada.

Palabras clave: Políticas curriculares. Autonomía curricular. Escuela secundaria de tiempo completo. Cuadernos de sistematización.

1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais têm evidenciado princípios relacionados à flexibilização e à autonomia, tanto na forma de gestão das instituições de ensino, como na implementação de currículos, favorecendo parcerias público-privadas. Um exemplo de parceria é a firmada entre a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), que culminou em um novo programa para o Ensino Médio catarinense, o Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI), implementado em 2017. Em 2019, ano de realização desta pesquisa, de acordo com as informações da SED, em todo o estado havia 31 escolas de nível médio oferecendo o EMITI, contando com 3.644 alunos matriculados e 814 professores atuando no programa.

A implementação deste programa em Santa Catarina nos instigou a pesquisar sobre os materiais disponibilizados pelo IAS e as percepções dos professores nas escolas estaduais contempladas com o programa. Diante das orientações propostas nos materiais pedagógicos disponibilizados, Cadernos de Sistematização e Orientações para os Planos de Aula (OPAs), qual possibilidade de construção da autonomia curricular por parte dos docentes que atuam EMITI? Neste sentido, esse artigo tem o objetivo de discutir e refletir acerca da percepção dos docentes que atuam no EMITI sobre os desafios na construção da autonomia curricular frente à utilização dos Cadernos de Sistematização e das Orientações para os Planos de Aula.

De perspectiva metodológica qualitativa, essa investigação contou com a aplicação de um questionário aos 28 docentes que atuam em duas escolas que contemplam o EMITI em Joinville - SC. As questões fechadas, propostas no questionário, contemplam uma escala de valores denominada *Likert*, que varia da máxima discordância à máxima concordância, organizada em cinco níveis. O questionário também contou com questões abertas e discursivas sobre o tema investigado. A análise tem como base teórica e metodológica o materialismo histórico e dialético, que permite relacionar as respostas dos professores, inseridos num contexto econômico, social e cultural, contemplando a análise dos materiais orientadores do EMITI e aspectos teóricos das políticas e estudos curriculares.

Este artigo foi organizado de modo a apresentar o currículo do EMITI segundo o Instituto Ayrton Senna, no segundo item é feita a análise dos dados referentes ao planejamento do professor do EMITI frente às orientações do IAS e no terceiro, são apresentadas as percepções dos professores sobre indicadores de autonomia curricular.

2 O CURRÍCULO DO EMITI SEGUNDO O INSTITUTO AYRTON SENNA

A construção de um currículo envolve interesses e tensões institucionais e organizacionais. Numa perspectiva prática e emancipatória de inter-relação dos contextos de decisão, o currículo é um projeto intencional a ser executado na instituição de ensino, “uma construção ampla de intenções e práticas que coexistem de uma forma nem sempre coerente, porque se encontram alicerçadas em conflitos, em função de um projeto de formação pertencente a uma dada organização” (PACHECO, 2005, p. 59).

O modo como se estrutura e desenvolve a construção do conhecimento e a educação, se estreita no currículo. Neste estudo, partimos do pressuposto de que o currículo deve ser compreendido como

práxis, que de acordo com Sacristán (1998) é a expressão da função socializadora e cultural de determinada instituição de ensino, deve estar relacionado aos contextos nos quais está inserida.

Para analisar e discutir o programa EMITI, implementado em Santa Catarina, é preciso conhecer a sua estrutura. As informações sobre o programa e os denominados Cadernos de Sistematização estão disponíveis no site do IAS e também no site da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

A estrutura curricular do EMITI é constituída de dois macrocomponentes que se entrelaçam: Áreas de Conhecimento, com disciplinas e conteúdos previstos nos documentos orientadores do currículo e Núcleo Articulador ligado à construção de projetos de intervenção e de pesquisa (INSTITUTO AYRTON SENNA, CADERNO 2, [2017?]).

No EMITI há um conjunto de materiais produzidos por uma equipe de especialistas do Instituto Ayrton Senna, um conjunto de livros denominados Cadernos de Sistematização³. Estes materiais são enumerados e intitulados, de acordo com a área a que se destinam.

Os Cadernos de Sistematização contam com orientações de planejamento e prática para o corpo docente, e orientações à equipe pedagógica e gestora na instituição de ensino contemplada com o programa. Para o EMITI no Estado de Santa Catarina, conforme expresso no Caderno 2, intitulado Princípios da Educação Integral, o currículo está dividido em duas grandes áreas: Áreas de Conhecimento e do Núcleo Articulador (INSTITUTO AYRTON SENNA, CADERNO 2, [2017?]). Esses materiais contemplam ainda, no Caderno 3, intitulado Metodologias Integradoras,

ferramentas para promover a gestão da aula [...] e a gestão do ensino e da aprendizagem – quando o professor coloca em prática os princípios norteadores desta proposta de educação integral e define quais e como os conteúdos serão desenvolvidos (INSTITUTO AYRTON SENNA, CADERNO 3, [2017?], p. 15).

Estas metodologias “compõem a Solução Educacional para o Ensino Médio, pois traduzem e integram os princípios conceituais desta proposta de educação integral, orientando as práticas pedagógicas dos professores” (INSTITUTO AYRTON SENNA, CADERNO 3, [2017?], p. 13).

O Caderno 4, intitulado Avaliação da Aprendizagem, é exclusivamente dedicado à avaliação, que deve ser utilizada para que o professor possa se orientar e compreender em quais aspectos atende ou contempla os objetivos e metas definidos pela instituição. Neste sentido, é possível analisar o processo de desenvolvimento do trabalho realizado por meio da utilização de um conjunto de instrumentos avaliativos, visto que, “mesmo que o processo de avaliação envolva uma nota, ela não é o único fator que traduz a aprendizagem do jovem” (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 5, [2017?], p. 24).

Os Cadernos de Sistematização abarcam ainda orientações para a gestão de diversas áreas do programa. Com relação aos exemplares de aulas a ser utilizado pelo professor no planejamento das sequências didáticas, a equipe de especialistas do IAS elaborou as chamadas Orientações para os Planos de Aula (OPAs), que têm por objetivo “apresentar aos professores algumas possibilidades de desenvolvimento integrado dos conteúdos curriculares e das competências [...], por meio da prática intencional e sistemática das metodologias integradoras” (INSTITUTO AYRTON SENNA, CADERNO 3, [2017?], p. 15).

A exemplo dos materiais que constituem o planejamento dos professores para o Núcleo Articulador, estes apresentam o “Cardápio de atividades” com a organização das ações semestrais e o mapa de cada encontro com cada uma das atividades explicitada (INSTITUTO AYRTON SENNA, CADERNO 11, [2017?]). Com relação às OPAs, constituem um guia prático com o passo a passo para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Os materiais disponibilizados pelos IAS não se restringem a oferecer orientações para professores, mas também para os gestores. Se por um lado trazem diversas possibilidades para os professores, por

³Os cadernos, podem ser acessados pelo link: bit.ly/materiaisianoSC (INSTITUTO AYRTON SENNA, RAIOS X das OPAs, [2017?], Slide 22)

outro podem, por meio de uma regulação, ter um caráter prescritivo, o que pode afetar a autonomia curricular do professor que atua no EMITI.

Adequar o currículo do EMITI à realidade da instituição de ensino de modo a assegurar a construção da autonomia curricular docente, implicaria em garantir a

possibilidade dos professores tomarem decisões no processo de desenvolvimento curricular, tanto no que diz respeito à adaptação do currículo proposto a nível nacional às características e necessidades dos estudantes e às especificidades do meio em que a escola se insere, como no que se refere à definição de linha de ação e à introdução de temáticas que julguem imprescindíveis para sua plena formação (MORGADO, 2003, p. 338).

Considerando que o desenvolvimento curricular “resulta da intersecção de decisões ao nível dos contextos político, administrativo, de gestão e de realização com as dinâmicas que são construídas por professores, alunos, pais e outros intervenientes no âmbito dos diversos contextos”, conforme alerta Pacheco (2005, p. 59), a construção curricular exige discussões coletivas, por parte dos agentes, para deliberar efetivamente com relação ao contexto em que a instituição se encontra (SACRISTÁN, 1998).

Pensar o currículo escolar consiste em presumir o conhecimento que se quer construir e o sujeito que constituirá a sociedade. Há um projeto de sociedade inserido nas propostas curriculares. Neste sentido, as parcerias firmadas que contam com um programa construído na base de materiais pré-definidos para desenvolver o trabalho pedagógico, resultando na “diminuição da autonomia do professor, que recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e conta com um supervisor para verificar se está tudo certo” (PERONI, 2011, p. 27).

Diante destas considerações e para investigar e analisar a possibilidade de construção da autonomia curricular do professor que atua no Ensino Médio Integral em Tempo Integral - EMITI, faz-se necessário discorrer sobre aspectos que norteiam o planejamento do professor inserido no EMITI.

3 O PLANEJAMENTO DO PROFESSOR DO EMITI

As políticas curriculares implementadas nos sistemas educacionais dependem de ajustes para integrar o currículo ao planejamento e à prática docente. Neste sentido, o currículo, num movimento dinâmico de discussões acerca de conteúdos, processos de ensino-aprendizagem e contextos, exige flexibilização curricular equilibrada e adaptação às características globais e, principalmente, locais.

Só um movimento de desenvolvimento curricular baseado na escola e um professor responsável, que constrói em parceria a autonomia curricular, é que tornam possível a ideia do currículo como processo dinâmico, interpretado e territorializado pelo professor em função dos interesses dos alunos (PACHECO; MORGADO, 2002, p. 16).

Nesta perspectiva, o currículo do EMITI que está imbricado de intencionalidades de organismos externos ao sistema estadual de educação, que apresentam um pacote pronto para o nível de ensino, pode comprometer as características do contexto local. As consequências podem implicar num planejamento docente restritivo diante da nova ordem prescritiva estabelecida nos Cadernos de Sistematização e nas Orientações para os Planos de Aula - OPAs.

Em sua prática curricular, o profissional deve direcionar o olhar, segundo Sacristán (2007, p. 197), “ao processo de dar-lhe forma e de adequá-lo às peculiaridades dos níveis escolares” o que implica em desenvolver e discutir alguns aspectos que exigem análise individualizada, desde a construção do Projeto Político Pedagógico, planejamento coletivo de projetos e planejamento anual da disciplina, e ainda a gestão do programa da disciplina, para que se torne possível compreender a intencionalidade e os compromissos, visto que é por meio do plano que se constrói o currículo.

O planejamento do docente envolve o entrelaçamento de conteúdos, metodologias, currículo, contexto e intencionalidades, vinculados ao projeto político pedagógico e ao contexto escolar. Este deve assegurar “a integração de campos de conhecimento e experiências que permitam aos estudantes uma compreensão mais reflexiva e crítica da realidade em que vivem” (MORGADO, 2011, p. 393), o que o torna substancial para a prática docente esteja comprometida com a transformação da realidade.

O Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente, num processo democrático, reúne um conjunto de intencionalidades para a organização escolar e define os objetivos pedagógicos, políticos e sociais da escola considerando as singularidades da comunidade local (VEIGA, 2002). A efetivação do projeto depende da organização pedagógica e administrativa da instituição visto que é imprescindível que as decisões sejam discutidas no coletivo, sua construção tenha regularidade, e o acompanhamento da efetivação aconteça de maneira dinâmica e participativa (PACHECO; MORGADO, 2002).

Para Sacristán (2007), o professor planejador dialoga com a situação em que atua, reflete sobre uma prática que experimenta com uma proposição e, guiado por princípios, problematiza e constrói estratégias de ação, elucidadas com modelos sobre os fenômenos, tendo uma representação implícita de como estes se desenvolvem.

Nesta perspectiva, o planejamento no EMITI que, além dos professores, conta também com a equipe pedagógica da escola, deveria contemplar a historicidade da comunidade local, a participação na construção do Projeto Político Pedagógico com suas metas e objetivos, e as "exigências" do global e local, mesmo que respeitando as deliberações do IAS para o programa implementado no Estado de Santa Catarina.

No EMITI, o tempo de planejamento estruturado pelo IAS considera as diversas áreas, e acontece periodicamente, individual e coletivamente, com a participação dos professores, equipe pedagógica e diretiva. No exercício do planejamento, as regulações e bases estruturais estabelecidas pelos órgãos superiores fazem das prescrições um impedimento para o exercício efetivo da autonomia curricular. O que corrobora com o pensamento de Apple (2001, p.26) ao afirmar que "um currículo apoiado no manual tende a ser maçudo e desprovido de sentido crítico. Tende a não ser democrático" (APPLE, 2001, p. 26).

A estrutura organizacional do Ensino Médio Integral em Tempo Integral e as intervenções do Instituto Ayrton Senna e da Secretaria de Estado da Educação, por meio dos Cadernos de Sistematização e das Orientações para os Planos de Aula (OPAs), sobre o currículo e o planejamento regulam criteriosamente o trabalho docente, o que impede os múltiplos processos da prática curricular nos quais se atravessam atividades pedagógicas que convergem no desenvolvimento do trabalho docente (SACRISTÁN, 1998).

Os planejamentos coletivos nas instituições de ensino contempladas com o EMITI, obedecem a um cronograma semanal que acontece com reuniões Planejamento Integrado Coletivo (PIC) e Planejamento por Área de Conhecimento (PAC), que envolvem a participação de todo o corpo docente e também professores de acordo com suas Áreas de Conhecimento, respectivamente (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 12, [2017?]).

Contrapondo esta rígida organização de planejamento ressalta-se o pensamento de Sacristán (1998, p. 165) que, "ao reconhecer o currículo como algo que configura uma prática, e é, por sua vez, configurado no processo de seu desenvolvimento, nos vemos obrigados a analisar os agentes ativos no processo". Para adequar às metas e objetivos da instituição de ensino definidas coletivamente no PPP, é necessário ainda perceber e explorar o conhecimento do aluno, pois "não se justifica o desenvolvimento de um currículo que não tenha em conta a diversidade de experiências de situações vividas pelos alunos a quem se quer ensinar e a quem se deseja oferecer condições para aprender" (LEITE, 2012, p. 89).

Dada a relevância do planejamento do professor, inserido num projeto político e pedagógico construído de forma coletiva, a seguir são apresentados resultados sobre a percepção dos professores do EMITI sobre a construção da autonomia curricular frente ao material e orientações fornecidas pelo IAS.

4 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA CURRICULAR DOCENTE A PARTIR DOS CADERNOS DE SISTEMATIZAÇÃO E DAS ORIENTAÇÕES PARA OS PLANOS DE AULA (OPAS)

A relação entre a autonomia curricular e o currículo está diretamente associada à discussão coletiva em cada escola com a participação de todos nas decisões, como defende Morgado (2004). Para o autor

“falar de autonomia curricular é invocar um currículo construído na base de um diálogo permanente entre os agentes diretamente nele implicados, tendo como referência de construção do conhecimento a realidade que lhe serve de contexto” (MORGADO, 2004, p. 433).

Para investigar possibilidade de construção a autonomia curricular nos processos de planejamento e gestão do programa educativo, visto que a “autonomia não pode ser decretada, mas sim construída” (CABRAL NETO; SILVA, 2004, p. 10), foram apresentadas afirmativas, aos 28 professores participantes da pesquisa que atuavam no EMITI no momento da pesquisa, utilizando-se escala *likert*, para que respondessem, posicionando-se da máxima concordância à máxima discordância (concordo completamente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente, discordo completamente).

Além das questões relacionadas às práticas curriculares no EMITI também foram coletados alguns dados sobre o perfil deste corpo docente. Verificou-se que o há igual número de mulheres e homens atuando no EMITI, o que contraria a tendência de que o magistério é composto predominantemente por mulheres. Em relação ao vínculo empregatício, 79,30% dos docentes são efetivos e em torno de 40% são professores atuam há mais de 15 anos, o que é muito importante na implementação de uma nova proposta educativa.

Os professores que atuam no EMITI têm níveis de formação e indicadores relacionados ao vínculo empregatício superiores aos percentuais nacionais se compararmos tais dados aos números disponibilizados pelo INEP referentes ao ano de 2017. De acordo com a pesquisa do INEP (CARVALHO, 2018, p. 41) no ano de 2017 apenas 23,2% dos professores atuantes no Ensino Médio no Brasil apresentavam formação em nível de pós-graduação. Neste sentido, evidencia-se que a formação dos professores que atuam no EMITI em Joinville-SC, cujo índice que é de 79,30%, supera os índices nacionais. Com relação ao vínculo empregatício, os índices também se mostram superiores. Enquanto em 2017 o índice nacional de professores efetivos que atuavam no Ensino Médio era de 54,9% (CARVALHO, INEP, 2018, p. 54), no EMITI em Joinville-SC, 79,30% dos professores são efetivos.

Passamos então aos resultados da pesquisa em relação às práticas curriculares no EMITI. Uma das afirmativas em relação à construção da autonomia curricular e aos materiais didáticos contemplados nos Cadernos de Sistematização, especialmente nas Orientações para os Planos de Aula (OPAs) propõe: “Os materiais didáticos são escolhidos pelos professores”. Diante desta afirmativa, 70% dos docentes posicionaram-se positivamente, e 30% informaram que os materiais não são escolhidos pelos professores, contrariando a afirmativa.

Os materiais norteadores apresentados pelo IAS, a exemplo das OPAs, mostram que o professor é direcionado nas “escolhas”, fator que pode embasar os docentes contrários à proposição. Isso pode ser observado no relato do Professor 18⁴ (2018), ao abordar os aspectos que tem autonomia: “Sim até certo ponto, temos que usar os materiais fornecidos pelo instituto e podemos ter autonomia de acrescentar mais algumas matérias (conteúdo) que faltar mais ênfase”. No tocante às deliberações curriculares dos docentes, Morgado (2000) defende que está diretamente relacionada com a área do conhecimento em que os professores trabalham. Nesta perspectiva, a divisão por disciplina ou área de conhecimento que fragmenta ações, o ensino e a aprendizagem, na educação, pode ter as lacunas transpostas nos momentos de planejamento coletivo, quando os professores compartilham conhecimento e experiências sobre o contexto e com os alunos, que acompanham por anos, conforme Sacristán (1998).

Acerca da proposição de projetos, foi proposta a afirmativa: “Você professor tem liberdade para escolher os projetos multidisciplinares, interdisciplinares ou disciplinares”. Acerca desta abordagem, 85% dos docentes indicaram ter liberdade para escolher tais projetos, sendo que 50% concordaram apenas parcialmente, índice que evidencia restrições e controle na escolha por parte da secretaria de educação e do instituto. Conforme aponta Professor 7 (2018, p. 5) “na minha aula, no entanto há uma apostila (OPAs – organização para planos de aula) que foi a parceria entre a SED e o IAS (Instituto Ayrton Senna), que precisa e deve ser seguida, pois somos cobrados por isso”. Este resultado representa que há fragilidades na construção da autonomia curricular do professor. Por outro lado, a oportunidade do trabalho coletivo,

⁴ Nesse estudo, para preservar a identidade dos participantes, os professores serão nomeados como Professor 1, Professor 2 e assim sucessivamente.

as parcerias e o empoderamento dos profissionais da educação no fazer pedagógico deveria favorecer a construção da autonomia curricular (LEITE; FERNANDES, 2010).

Outra afirmativa foi apresentada aos professores: “Os projetos interdisciplinares são planejados de forma coletiva pelos professores”. Segundo 100% dos docentes, os planejamentos acontecem de forma coletiva pelos professores, conforme estrutura de organização dos planejamentos. O significativo percentual de concordância denota a importância dada pelo docente ao tempo destinado ao trabalho coletivo, neste caso, planejamento que possibilite desenvolver projetos e atividades interdisciplinares.

Os referidos projetos pré-definidos nos materiais do instituto, são “sugestões” e vêm acompanhados da metodologia de cada ação. O estudo de projetos e de toda a metodologia apresentada nos materiais, onde o professor deve, de acordo com a proposta do IAS, exercitar sua capacidade de articular teorias e práticas educacionais às demandas juvenis contemporâneas, está contemplado no Caderno 5, intitulado Núcleo Articulador, e parece ter sido entendido pelos professores como planejamento. O Núcleo Articulador é formado por quatro projetos denominados componentes do núcleo: Projeto de Vida, Projeto de Intervenção, Projeto de Pesquisa e Estudos Orientados (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 5, [2017?]).

De acordo com o Instituto Ayrton Senna, os professores podem fazer outras escolhas de acordo com suas experiências buscar complementar a proposta apresentada nas OPAs por exemplo, desde que seja cumprida a atividade e as orientações que os documentos orientadores apresentam. Os materiais do EMITI com as prescrições de conteúdo alertam também para o compromisso com as avaliações nacionais, o que implica numa proposta de liberdade vigiada ao docente.

Diante deste resultado, os momentos de planejamento no EMITI podem ser entendidos como reuniões para, de acordo com as orientações, os professores se apropriarem das metodologias, atividades e instruções aportadas nos cadernos. Ao analisar a possibilidade de construção da autonomia curricular no desenvolvimento deste trabalho, observamos que é restrita. Porém, mesmo cercado de manuais orientadores e relevantes prescrições, é possível ao corpo docente criar espaços propensos a decisões, posicionar-se e realizar escolhas, conforme relato do professor sobre sua participação em momentos de planejamento:

Eu iniciei nesta escola com o projeto já em andamento, portanto não participei da elaboração do documento, **mas a escola oportuniza momentos para a reflexão sobre as práticas e sobre o currículo em que nós professores podemos contribuir para a reelaboração do nosso fazer.** O programa de ensino integral em tempo integral contempla muitos momentos (Professor 6, 2018, p. 3, **grifo nosso**).

Articular as prescrições dos materiais às metas e objetivos definidos no projeto da escola e às necessidades da comunidade, depende da iniciativa docente nas decisões para influenciar na estrutura curricular, embora o currículo se apresente delineado por profissionais externos à instituição de ensino.

O currículo traduzido na prática docente é contemplado na afirmativa: “Você professor tem autonomia na gestão do programa da disciplina que leciona”. Obteve-se o expressivo resultado de 90% dos professores que acreditam ter autonomia na gestão do programa da disciplina que leciona. Porém, os 10% que discordam podem estar vinculados ao posicionamento do Professor 19 (2018, p. 3) “Recebemos a OPA pronta, e somos orientados a segui-lo” Os excessos de prescrição e o roteiro estabelecido nos cadernos orientadores disponibilizados, que direcionam a “**Estudar coletivamente** o material da Área (Caderno de Sistematização, Orientações para os Planos de Aula - OPAs e Cadernos dos Estudantes);” (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 12, [2017?], p. 46), valida o posicionamento dos professores que dizem não ter autonomia.

Com relação às OPAs, exigem estudo prévio do professor para que, “respeitando sempre as intencionalidades formativas previstas” (INSTITUTO AYRTON SENNA, Raio X das OPAs, [2017?], slide 8), realize cada ação de acordo com as orientações, do início ao fim da aula, a utilização de materiais, os objetivos de aprendizagem que devem estar contemplados e por fim, a avaliação. Toda essa sistematização acompanha também cada atividade, com o passo-a-passo, dicas de mediação, utilização

dos recursos e como realizar a avaliação em processo. Para cada OPA há o caderno de aluno correspondente. Outra opção de acesso a material ou conteúdo é o QR-code, código em 2D, que conta com as instruções de utilização para o corpo docente (INSTITUTO AYRTON SENNA, [2017?]).

Os resultados da pesquisa mostram que grande parte dos professores tem alguma autonomia curricular, porém regulada, mesmo com alguns percentuais de concordância parcial ou discordância. Para que o docente não centre a atenção apenas na regularidade estabelecida no cronograma disponibilizado no material orientador do EMITI e discuta o currículo e os objetivos de aprendizagem com base no contexto e na intencionalidade, é necessária uma consciência crítica para a construção de metas e objetivos bem fundamentados relacionados à realidade local em que a escola está inserida.

Apple (2001) ressalta que é fundamental que o professor esteja preparado e possa intervir nos materiais propostos, como forma de melhorar os manuais. Nesse sentido, esta intervenção deve ser conduzida com uma plena consciencialização das características do programa, das intencionalidades e de como operam as dinâmicas econômicas e políticas dos manuais. “Há, assim, que se consolidar a visão do professor como um intelectual capaz de refletir, decidir e bem agir” (MOREIRA, 2013, p. 44).

CONSIDERAÇÕES

Partindo do pressuposto de que o professor é agente central na implementação de nova proposta educativa, neste estudo, buscou-se discutir a possibilidade de construção da autonomia curricular por parte dos docentes que atuam no novo programa implementado na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

A estrutura curricular apresentada nos Cadernos de Sistematização disponibilizados pelo IAS indicam condições prescritivas do EMITI. Neste sentido, a análise permite inferir que a organização do planejamento do professor no programa frente às orientações do IAS e aos materiais, constituem desafios das práticas curriculares, fator de destaque quando o assunto é flexibilidade curricular e construção da autonomia curricular docente.

A relevância de se fazer escolhas e flexibilizar o currículo a fim de permitir um planejamento que contemple exigências tanto de organismos centrais, quanto do contexto local, que possam ser atendidos na prática pedagógica deve constituir espaço central na percepção docente. Embora haja tempo para os planejamentos e materiais pedagógicos orientadores, as prescrições implicam no desenvolvimento da autonomia curricular restrita, uma vez que, geralmente, as propostas estão prontas nos materiais.

Cabe ao corpo docente, que atua na instituição de ensino contemplada com o programa, ocupar espaços possíveis na escolha de metodologias e materiais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola. Para tanto, o conceito de autonomia curricular, de acordo com Morgado (2003), deve ser amplamente abordado em processos de formação docente e nas discussões coletivas, a fim de contribuir significativamente para que os professores compreendam a importância do poder de decisão docente para a garantia de uma educação democrática e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALVES, Palmira. **Autonomia curricular: a face oculta da (re) centralização?** V Colóquio sobre Questões Curriculares/I Colóquio Luso-Brasileiro, subordinado ao tema Currículo e Produção de Identidades. Universidade do Minho. Braga - Portugal. 2002. p. 161-166.

APPLE, Michael W. Reestruturação Educativa e Curricular e as Agendas Neoliberal e Neoconservadora. Entrevista com Michael Apple Universidade de Wisconsin-Madison. Madison, EUA **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, Jan/Jun, 2001, pp.5-33. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 18 maio. 2018.

CABRAL NETO, Antonio; SILVA, Tatiane Campelo da. Projeto Político-Pedagógico como mecanismo de autonomia escolar. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, jan./abr. 2004, p. 7-23.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do Professor da Educação Básica**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Série Documental. Relatos de Pesquisa n. 41. Brasília, DF. 2018, 67 p..

DALE, Roger. A Sociologia Da Educação E O Estado Após A Globalização. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, out.-dez. 2010, p. 1099-1120. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Metodologias Integradoras**. Caderno 2. Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?] 64 p..

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Metodologias Integradoras**. Caderno 3. Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?] 76 p..

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Núcleo Articulador**. Caderno 5. Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?] 148 p..

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Gestão do Núcleo Articulador**. Caderno 11 Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?] 65 p..

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Apoio à Gestão Pedagógica**. Caderno 12 Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?] 182 p..

INSTITUTO AYRTON SENNA. Orientações para os Planos de Aula (**OPAs**). Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?]

LEITE, Carlinda. A articulação curricular como sentido orientador dos projetos curriculares. **Educação Unisinos**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. 16, núm 1, janeiro/abril, São Leopoldo, Brasil. 2012, p. 87-92.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa. Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares: que possibilidades e que constrangimentos? **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, set./dez. 2010, p. 198-204.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Em busca da autonomia docente nas práticas curriculares no Brasil. In: **Currículo, didática e formação de professores**. OLIVEIRA, Maria Rita N.S.; PACHECO, José Augusto (Orgs) Papirus Editora. 1ª edição Campinas SP, 2013, 208 p..

MORGADO, José Carlos Bernardino. **A (des)construção da Autonomia Curricular**. Edições ASA. 1ª. Edição. Porto – Portugal. 2000, 160 p..

MORGADO, José Carlos Bernardino. Projecto curricular e autonomia da escola: possibilidades e constrangimentos. **Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación**. Braga, vol. 10, nº 8, ano 7º-2003. Universidade do Minho, Braga - Portugal. 2003, p. 335-344.

MORGADO, José Carlos Bernardino Liderança e autonomia: impactos na mudança das práticas curriculares. **Contrapontos**. Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí. Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Educação (PPG/ME). Itajaí. Vol. 4, n. 3, set./dez. 2004, p. 425-438.

MORGADO, José Carlos Bernardino **Democratizar a escola através do currículo**: em busca de uma nova utopia. Fórum Currículo, escola e sociedade, 4º Congresso Marista de Educação, Edição Internacional: “Espaços, Tempos e Horizontes na Educação de Infâncias e Juventudes”. São Paulo – Brasil. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, jul./set. 2013, p. 433-448.

PACHECO, José Augusto. **Estudos Curriculares para compreensão crítica da educação**. Porto - Portugal. Porto Editora, 2005, 192 p..

PACHECO, José Augusto; MORGADO, José Carlos Bernardino. **Construção e avaliação do projeto curricular de escola**. Porto – Portugal: Porto Editora Coleção Educação. 2002, 62 p..

PERONI, Vera Maria. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), maio/ago. 2012, p. 19-31.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo uma reflexão sobre a prática** Porto Alegre. Artmed. 3ª edição. 1998, 351 p..

SACRISTÁN, J. Gimeno. Plano do Currículo, Plano do Ensino: O Papel dos Professores/as. In: **Compreender e Transformar o Ensino**. GÓMEZ, A. I. Pérez; SACRISTÁN, J. Gimeno (Orgs.). Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre - RS. Artmed. 4ª edição. 2007. Cap. 8, p 197- 232.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ª edição, Campinas: Papyrus, 2002, 192 p

Recebido em: 14/03/2020

Aceito em: 14/07/2020

Publicação em: 09/11/2020